

Governo de Minas anuncia aplicação de R\$ 220 milhões do Acordo de Reparação do Rio Doce na área da Saúde

Qui 13 novembro

O governador Romeu Zema e o vice-governador Mateus Simões apresentaram, nesta quinta-feira (13/11), em Ipatinga, no Vale do Aço, o Plano Estadual de Ação em Saúde do Acordo de Reparação do Rio Doce, que destina R\$ 424 milhões à saúde pública mineira nas regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015, em Mariana.

Na primeira etapa de execução do plano, serão aplicados, entre 2025 e 2026, R\$ 220 milhões para obras, equipamentos e serviços de saúde, beneficiando 1,27 milhão de pessoas dos municípios diretamente atingidos pela tragédia.

□

"Estamos aqui para fazer uma grande entrega para 38 municípios do Vale do Rio Doce: eles receberão R\$ 220 milhões para estruturar melhor a saúde. É um investimento para novas unidades, além de servir para melhorias naquelas já existentes", afirmou Romeu Zema.

□

A iniciativa representa uma das principais entregas do Novo Acordo de Reparação do Rio Doce, firmado entre os governos de Minas Gerais, Espírito Santo e Federal, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e as empresas Samarco, Vale e BHP, com o objetivo de reconstruir e fortalecer as redes de atenção à saúde nos territórios afetados.

O Plano Estadual de Ação em Saúde foi aprovado na última sexta-feira (7/11), em reunião conjunta da Câmara Técnica e do Comitê Especial Tripartite do Programa Especial de Saúde do Rio Doce, e pela [Secretaria de Estado de Saúde \(SES-MG\)](#). Os R\$ 220 milhões anunciados correspondem à primeira fase de execução, do valor total de R\$ 424 milhões, voltada à estruturação física, ampliação de serviços e fortalecimento da rede hospitalar e psicossocial.

□

"Nós estamos falando de três grandes eixos de investimento. O primeiro é assistência básica primária, com R\$ 60 milhões para construção de 30 UBS. Depois, nós temos o atendimento de urgência e emergência para reforçar o consórcio de Samu, mas também os consórcios para transporte de pacientes. Temos também a construção de nove CAPS para melhorar o atendimento à saúde mental na região", explicou Mateus Simões.

□

A SES-MG coordena o plano em parceria com a [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão](#)

[\(Seplag-MG\)](#), responsável pelo monitoramento geral do acordo. O planejamento foi construído com base em levantamentos regionais realizados junto a gestores municipais e unidades hospitalares, considerando as necessidades concretas dos territórios atingidos.

“Este plano que nós fizemos é o guarda-chuva da saúde. Focamos naquilo que sabemos que merece mais atenção, que é ter 100% de cobertura da atenção primária. Olhamos para o que faltava e complementamos a partir daí, que são os hospitais macrorregionais e microrregionais que precisam ser fortalecidos para que possamos atender melhor toda a população dessa região”, disse o secretário de Estado de Saúde, Fábio Baccheretti.

Investimentos e resultados esperados

Além da construção das UBS e dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), também estão previstos R\$ 30 milhões em equipamentos hospitalares e investimentos em sete consórcios de saúde.

O plano está organizado em oito eixos temáticos, que incluem a ampliação da Atenção Primária, o fortalecimento da rede hospitalar e psicossocial, o apoio à gestão municipal e a vigilância em saúde. Com as ações, será possível garantir 100% de cobertura na Atenção Primária nos municípios do plano, ampliar a resolutividade dos hospitais e aumentar o acesso a serviços especializados.

Origem dos recursos

Os investimentos do plano integram o Acordo Judicial de Mariana, que destina R\$ 12 bilhões a ações de saúde coletiva na bacia do Rio Doce. Desse total, R\$ 3,6 bilhões estão sendo executados de forma imediata, em iniciativas coordenadas entre o Ministério da Saúde, a Fiocruz, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo e os municípios atingidos.

Além da execução imediata, o acordo prevê a criação de um Fundo Perpétuo, no valor de R\$ 8,4 bilhões, que será destinado ao custeio adicional e permanente do SUS nos territórios impactados.

O plano terá execução escalonada, conforme o avanço das obras e a liberação dos recursos pelas instâncias de governança da reparação. O monitoramento será contínuo, com relatórios públicos, painéis de acompanhamento e indicadores de desempenho que asseguram transparência e controle social em todas as etapas da implementação.